



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: SERVIÇO SOCIAL

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas para a marcação das alternativas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para o caderno de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na folha para a marcação das respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha para a marcação das respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade, e, em caso de erro, não será permitida a substituição da folha de respostas e/ou do caderno de textos definitivos
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

A opção abaixo que mostra uma narrativa de sequência linear, sem interrupções, é:

- (A) “Dvorak arrastou-se até o alto do morro e olhou a paisagem abaixo – lembrou-se da terra de onde saíra e sentiu saudades. Viu um conjunto de grandes árvores e um monte de pedras”;
- (B) “As águas invadiram o centro da cidade e trouxe preocupações aos moradores que procuraram proteger suas casas. Como já tinham passado por isso em anos passados, procuraram repetir as ações que tinham dado certo. Trancaram as portas com trancas pregadas nas soleiras das portas e nos batentes das janelas, colocaram os animais em lugares mais altos...”;
- (C) “Os charreteiros abriram o desfile, com seus belos cavalos. Em seguida, conforme o hábito da região, estabelecido pelos primeiros habitantes alemães, fundadores da cidade, vieram as mulheres com seus trajes tradicionais e, por fim, os incontáveis grupos profissionais com suas roupas características”;
- (D) “Os primeiros banhistas descobriram o corpo na areia e um deles chamou a polícia, que veio logo a seguir. Examinaram o corpo, mas ninguém foi capaz de identificar a vítima do assassinato”;
- (E) “O freguês habitual do bar se sentou numa cadeira do balcão, pediu um drink e começou a reclamar dos preços do estabelecimento. Esse, aliás, é um hábito muito comum entre clientes habituais, o de reclamar de preços que sempre pagaram. O garçom explicou o que pôde e passou a fazer outra coisa”.

2

A frase abaixo, retirada do romance A Condessa Vésper, de Aluísio Azevedo, em que houve troca indevida entre as expressões “ao encontro de” e “de encontro a” é:

- (A) Depois foi à janela respirar um pouco de ar, e viu na rua, encostado ao lampião, o homem que falara com Violante. Desceu sem ruído ao encontro dele.
- (B) Apeou-se defronte da casa do Jorge. Um velho de longas barbas estava assentado ao limiar da porta, saiu-lhe ao encontro e perguntou com ar triste: — O senhor naturalmente é o Dr. Gabriel?
- (C) Os homens, que V. S. tem defronte de si e que o guardam à vista, são de confiança e estão pagos para não o deixarem fugir; escusa, por conseguinte, tentar qualquer meio que for de encontro ao que determinei.
- (D) Enquanto sucedia ao pobre Gabriel o que acabamos de ver, Melo Rosa tomava um carro de praça e mandava tocar à toda para Laranjeiras, correndo ao encontro de Ambrosina, que devia estar à sua espera...
- (E) Esperava, por outro lado, que as suas recentes decisões não fossem ao encontro do que pretendia, o que lhe traria imensa decepção.

3

A frase abaixo que apresenta um exemplo de má argumentação, apoiado numa generalização excessiva, é:

- (A) Esse homem, acusado de furto no supermercado, é pai de cinco filhos e funcionário público da Prefeitura.
- (B) A turma visitou a fábrica de sorvetes e Marta voltou gripada, o que mostra irresponsabilidade dos diretores.
- (C) Se todos os empregados chegassem na hora, a produção da fábrica seria mais alta e de preço mais baixo.
- (D) Como alguns livros ensinam a viver, nada mais justo que ler mais.
- (E) Os cariocas não gostam de trabalhar: basta ver a praias cheias de gente em dias úteis.

4

Todo texto bem estruturado mostra um tema e progressão; a opção em que o progresso do texto é feito por frases que mostram o mesmo tema é:

- (A) Automedicar-se é um problema, pois a automedicação, bem passível de erros, pode causar prejuízos à saúde, além de gerar despesas inúteis em alguns casos.
- (B) Os turistas trazem benefícios econômicos a um local, mas nem sempre são bem-vindos, pois o país que os recebe pode não estar preparado para um fluxo intenso, necessitando mais investimentos na infraestrutura.
- (C) As livrarias estão desaparecendo, pois a leitura não está sendo incentivada nas escolas e os donos de lojas comerciais não querem sofrer prejuízos.
- (D) Os dicionários são livros bastante úteis, assim como os romances históricos, que simultaneamente nos educam e nos trazem conhecimentos.
- (E) Os carros importados são melhores que os nacionais; a importação de carros melhorou a nossa indústria automobilística.

5

Nas frases abaixo há abreviaturas de vários símbolos; a forma abreviada que está corretamente empregada é:

- (A) Cheguei à estação às 15hs;
- (B) Percorri 25 km em meia hora;
- (C) Eram 2h:15mins. quando o avião pousou;
- (D) A régua tinha 30cms e era maior que as outras;
- (E) A viagem durou cerca de 2h em função do acidente.

6

As inferências são fruto do conhecimento de mundo do leitor, que deve reconhecer as ligações semânticas não explicitadas.

A única frase abaixo que NÃO se enquadra entre inferências é:

- (A) “O carro entrou bastante devagar no estacionamento, com os pneus traseiros arriados”;
- (B) “O Novo Testamento é de leitura mais fácil que o Velho Testamento; os evangelhos são úteis para nossa vida”;
- (C) “Os turistas compraram uma casa na cidade visitada; os quartos davam vista para a montanha”;
- (D) “As garrafas de vinho foram colocadas deitadas no armário, com os rótulos para cima”;
- (E) “O médico pegou o formulário de cima da mesa e escreveu o endereço para o cliente”.

7

“A melhor defesa contra a bomba atômica é não estar lá quando ela explodir”.

O problema de construção dessa frase está:

- (A) no emprego de “lá” sem antecedente;
- (B) na utilização do pronome “ela” para substituir “bomba”;
- (C) na falta de vírgula antes da última oração;
- (D) no mau uso de “melhor” para adjetivar “defesa”;
- (E) na incoerência interna entre segmentos.

8

Dentre as frases abaixo, a única que NÃO mostra valor humorístico, irônico ou crítico é:

- (A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida;
- (B) Alguns homens de criação são vulcões extintos;
- (C) Professores e pais existem para serem suplantados;
- (D) Aquele que costuma dar palpites sobre nossos jardins jamais cuida de suas plantas;
- (E) Errar é humano. Culpar o computador é ainda mais humano.

9

Leia a frase abaixo com atenção:

“As árvores genealógicas são a única espécie arbórea que teria razões para ocultar suas raízes”.

A afirmativa correta sobre o significado ou estruturação da frase acima é:

- (A) a frase não pode ser entendida por faltar lógica aos termos, já que uma árvore genealógica não é uma espécie arbórea;
- (B) a finalidade da frase é criticar as pessoas demasiadamente preocupadas com sua origem familiar, nem sempre digna de ser valorizada;
- (C) o referido ocultamento das raízes revela a necessidade de discrição sobre assuntos familiares;
- (D) a frase foi estruturada na base de uma comparação entre uma árvore genealógica e uma árvore natural;
- (E) a forma verbal “teria” indica uma certeza na afirmação.

10

Todos os textos abaixo mostram argumentos em defesa de uma tese.

O argumento utilizado está corretamente identificado em:

- (A) Como já sabe a grande maioria da população, o poder público não está resolvendo o problema de saúde do povo / argumento de autoridade;
- (B) A Prefeitura distribuiu lixeiras pela cidade para que melhore a limpeza urbana / argumento estatístico;
- (C) Alguns empresários estão evitando investimentos na Argentina em função da inflação alta / argumento apoiado em um estereótipo;
- (D) Todos os empregados da empresa receberão assistência de saúde para que tenham melhor rendimento, diz o atual diretor / argumento apoiado em opinião pessoal;
- (E) Os prefeitos de pequenas cidades devem imitar os das grandes cidades, pois os problemas são os mesmos / argumento apoiado numa relação defeituosa de causa-efeito.

11

A frase abaixo em que está correto o emprego do pronome demonstrativo sublinhado é:

- (A) Somos seres muito primitivos, operando a 0,001% da potência espiritual que somos capazes de operar nessa vida;
- (B) O meu cão não fala e é graças a isso que eu o compreendo;
- (C) A verdade é essa: todos devemos trabalhar;
- (D) João e Maria vieram: este de táxi e aquele de ônibus;
- (E) Na Idade Média todos eram bons cristãos; nesta época, a Igreja era muito poderosa.

12

A frase abaixo em que está mais bem empregada a palavra “maior” é:

- (A) Os espíritos mais elevados são capazes dos maiores pecados;
- (B) A roda mais deteriorada do carro é a que faz maior barulho;
- (C) Dirijam-se à secretaria para maiores informações;
- (D) O Corcovado é maior que o Pão de Açúcar;
- (E) Está o maior frio nesta época do ano.

13

Ao final de uma exposição sobre medicamentos, o conferencista declara: “O melhor de todos os analgésicos é, sem dúvida, o NANDORE, pois foi o único a acabar com a minha dor”.

Sobre a argumentação desse segmento, é correto afirmar que os argumentos apresentados:

- (A) se fundamentam em bases científicas;
- (B) são sólidos, já que fundamentados em vivências pessoais;
- (C) procuram universalizar uma experiência individual;
- (D) se apoiam em dados estatísticos;
- (E) carecem de ética.

14

A frase publicitária abaixo que se apoia na sedução para o convencimento de leitor é:

- (A) As roupas da loja X tornam você mais elegante!
- (B) O CRAUV é o carro do futuro em tecnologia!
- (C) O cachorro é o melhor amigo do homem: adote um!
- (D) Acredite em Deus; compre o livro do pastor X.
- (E) Persiga a riqueza: invista no Fundo de Investimentos ZUL!

15

Todas as frases abaixo mostram comparações introduzidas por “como”; a única opção em que a comparação NÃO está explicada é:

- (A) Se as pessoas agissem como as nações, seriam todas colocadas em camisa de força;
- (B) Os reis são com seus ministros como os maridos traídos com suas mulheres: nunca sabem o que se passa;
- (C) A vontade de um povo é como um relâmpago que dura um segundo;
- (D) Ser presidente é como administrar um cemitério: há um monte de gente embaixo de você, mas ninguém escuta;
- (E) Países são como frutas – os vermes estão dentro.

Raciocínio Lógico e Matemático

16

Sabe-se que a sentença “Se a calça é verde e a camisa é rosa, então o sapato é branco ou o cinto é marrom” é FALSA.

É correto concluir que:

- (A) a camisa não é rosa ou o cinto é marrom;
- (B) a calça é verde e o sapato é branco;
- (C) se o sapato não é branco, então a camisa não é rosa;
- (D) se o cinto não é marrom, então o sapato é branco;
- (E) se a calça não é verde, então o cinto é marrom.

17

Sérgio comprou um celular por R\$ 3.000,00 e pagou em duas parcelas iguais de R\$ 1.650,00 cada uma, sendo a primeira no ato da compra e a segunda um mês depois.

A taxa de juros mensal cobrada pela loja foi de, aproximadamente:

- (A) 8%;
- (B) 10%;
- (C) 17%;
- (D) 22%;
- (E) 25%.

18

Em um acampamento militar, o cozinheiro sabe que 50 soldados consomem 20 kg de feijão em 5 dias.

A quantidade de feijão que 60 soldados consumirão em 15 dias é de:

- (A) 60 kg;
- (B) 64 kg;
- (C) 72 kg;
- (D) 80 kg;
- (E) 96 kg.

19

Para uma sessão de cinema, a primeira fila tem seis poltronas livres em sequência. Um casal e seus três filhos ocuparão cinco desses lugares. O casal ficará em lugares vizinhos e, naturalmente, uma poltrona ficará vazia.

O número de maneiras diferentes como essa família poderá ocupar as poltronas disponíveis é:

- (A) 60;
- (B) 120;
- (C) 180;
- (D) 240;
- (E) 360.

20

No plano cartesiano, o quadrilátero convexo ABCD tem vértices A(0, 1), B(4, 8), C(9, 6), D(9, 1).

A área do quadrilátero ABCD é:

- (A) 36;
- (B) 38;
- (C) 40;
- (D) 42;
- (E) 44.

Noções de Sustentabilidade

21

A Constituição Federal, em seu Art. 225, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Buscando a adoção de políticas públicas de âmbito nacional, em prol da melhoria da prestação jurisdicional e do efetivo cumprimento da Carta Constitucional por parte dos administradores da Justiça, foi editada pelo CNJ a Resolução nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

De acordo com o referido ato normativo, é correto afirmar que:

- (A) os indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável serão uniformes para todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo vedada a inclusão de novos temas pelos órgãos do Poder Judiciário;
- (B) a unidade de sustentabilidade dos órgãos do Poder Judiciário deve fomentar ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a promoção das contratações sustentáveis e a promoção da equidade e da diversidade;
- (C) a adequada gestão dos resíduos gerados deve priorizar a disposição final dos resíduos segregados pelos órgãos do Poder Judiciário em aterros sanitários;
- (D) é vedada a adoção das compras compartilhadas com outros órgãos, a fim de garantir a rastreabilidade e a origem dos insumos adquiridos, que devem ser apuradas nos indicadores do Plano de Logística Sustentável;
- (E) a unidade de sustentabilidade deve ser criada pelos órgãos do Poder Judiciário por tempo determinado, pelo prazo necessário à elaboração do Plano de Logística Sustentável.

22

A gestão adequada dos resíduos sólidos é um desafio cada vez mais urgente e essencial para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do planeta. A inadequada gestão de resíduos compromete não apenas o meio ambiente, mas a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é imprescindível para a adequada gestão dos resíduos.

Sobre esses planos, é correto afirmar que:

- (A) devem prever expressamente a periodicidade de sua revisão, observado o período máximo de 30 anos;
- (B) é facultada a previsão de sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços;
- (C) devem contemplar ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da Administração Pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos;
- (D) não é obrigatória sua elaboração para que os municípios tenham acesso a recursos financeiros e incentivos governamentais relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, embora seja recomendada;
- (E) devem prever as zonas favoráveis e desfavoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos.

23

À medida que a população cresce em larga escala, a produção industrial experimenta elevado incremento para acompanhar a nova demanda. Como resultado, temos uma crescente geração de resíduos. Nesse contexto, o gerenciamento de resíduos se mostra imprescindível para permitir o melhor aproveitamento das matérias-primas e a redução das agressões ao meio ambiente. Assim, em busca do desenvolvimento sustentável e a fim de propiciar padrões dignos de vida a esta e às futuras gerações, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabeleceu uma ordem de prioridade das ações que devem ser encaminhadas na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos.

A alternativa que contém práticas organizadas segundo a ordem de prioridade definida na PNRS é:

- (A) reciclagem, comprar roupas em brechó, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (B) recuperação energética de resíduos, reaproveitamento da matéria prima em outras cadeias produtivas, reduzir impressões em papel;
- (C) embalagem retornável, reciclagem, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (D) recuperação energética, reciclagem, utilizar copos de vidro no lugar de descartáveis;
- (E) reciclagem, destinação a aterro, recuperação energética de resíduos.

24

Determinado ente da federação, no âmbito de suas competências, resolve conceder incentivo fiscal a indústrias e entidades dedicadas à reciclagem de resíduos produzidos no território nacional, conforme autorizado pelo Art. 44 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS).

Trata-se, portanto, de aplicação prática do seguinte princípio previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- (A) princípio do protetor-recebedor;
- (B) princípio do poluidor-pagador;
- (C) princípio da participação pública;
- (D) princípio da responsabilidade;
- (E) princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

25

A coleta seletiva é um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), juntamente com os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Sobre a coleta seletiva, é correto afirmar que:

- (A) é facultado aos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos o estabelecimento de metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- (B) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a destinação de materiais reutilizáveis e recicláveis oriundos da coleta seletiva às indústrias recicladoras que apresentem proposta mais vantajosa economicamente;
- (C) são consideradas formas de coleta seletiva a coleta porta a porta, a coleta por pontos de entrega voluntária (PEVs) e as unidades de triagem de resíduos;
- (D) para a implementação adequada da coleta seletiva, é imprescindível a contínua prática de educação ambiental e mobilização social que promovam a conscientização de que a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos inicia-se com o gerador em sua residência, por meio da adequada separação e acondicionamento dos resíduos;
- (E) dentre os desafios encontrados para a reciclagem, destacam-se o descarte incorreto dos materiais, a contaminação dos recicláveis e a prioridade legal conferida à incineração de resíduos.

Noções de Direito Administrativo

26

Na qualidade de servidor público federal estável, Manuel visa a defender, junto à Administração Pública Federal, interesse legítimo, que afeta interesse patrimonial, relativo a descontos que vêm sendo efetuados em sua remuneração, razão pela qual decidiu perquirir as normas previstas na Lei nº 8.112/1990 sobre o direito de petição.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) o direito de requerer de Manuel prescreve no prazo de três anos, na medida em que se trata de questão que afeta o interesse patrimonial;
- (B) Manuel não poderá apresentar pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão;
- (C) o prazo para a interposição de pedido de reconsideração ou de recurso por Manuel é de até 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão recorrida;
- (D) na hipótese de indeferimento do pedido de reconsideração de Manuel, caberá recurso, que poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente;
- (E) eventual requerimento ou recurso de Manuel deve ser encaminhado diretamente à autoridade competente para a decisão, independentemente do intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado.

27

Fernando, técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estava conversando com sua amiga Felícia, que é policial federal, acerca das peculiaridades da polícia administrativa em relação à polícia judiciária.

O técnico pontua corretamente que:

- (A) distinções entre polícia administrativa e polícia judiciária não existem, na medida em que o objeto e a finalidade de ambas são os mesmos;
- (B) as autoridades que exercem a atividade de polícia administrativa não podem adotar quaisquer medidas sem a determinação judicial pertinente;
- (C) ambas as polícias podem ter caráter preventivo ou repressivo, apesar de apresentarem peculiaridades;
- (D) apenas a polícia judiciária pode incidir sobre bens, na medida em que a administrativa recai sobre pessoas;
- (E) a polícia federal não tem atribuição de polícia judiciária, pois apenas exerce a de polícia administrativa.

28

Ao estudar as hipóteses de extinção do ato administrativo, Júlia verificou que há uma modalidade em que isso ocorre em razão da incompatibilidade do ato administrativo com outro posterior, tal como ocorre com a nomeação do servidor, que é extinta com a sua exoneração.

Tal modalidade de extinção corresponde a:

- (A) recusa;
- (B) renúncia;
- (C) anulação;
- (D) revogação;
- (E) contraposição.

29

Tendo em vista que o Tribunal Regional da 1ª Região necessita adquirir determinados produtos, com muita frequência, para o adequado exercício de suas atribuições constitucionais, as autoridades competentes estão verificando as normas atinentes ao sistema de registro de preços, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo certo que tais produtos são considerados bens comuns e que é viável a competição, por existirem diversos fornecedores.

Diante dessa situação hipotética, à luz do mencionado diploma legal, é correto afirmar que:

- (A) não é cabível a realização de licitação, por ser ela inexigível na situação descrita;
- (B) é cabível a realização de licitação, em qualquer das modalidades previstas na norma em comento, admissíveis na situação descrita;
- (C) não é cabível a realização de licitação, diante da possibilidade de escolha por qualquer das modalidades de contratação direta na situação descrita;
- (D) é cabível a realização de licitação, que deverá ser na modalidade pregão, que é a pertinente para a situação descrita;
- (E) não é cabível a realização de licitação, por ser ela dispensável, em essência, na situação descrita, independentemente do valor contrato ou do objeto a ser contratado.

30

Diante do incremento de seu patrimônio e do receio de levantar suspeitas sobre a origem lícita dos valores acrescidos, que foram declarados em seu imposto de renda, Josefina se recusou, de forma expressa, a apresentar a respectiva declaração de bens atinente dentro do prazo determinado pela Administração.

Considerando a específica previsão acerca do tema, constante da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, a recusa de Josefina será apenada com a sanção de:

- (A) advertência;
- (B) demissão;
- (C) repreensão;
- (D) suspensão de 15 (quinze) dias, com prejuízo da remuneração;
- (E) suspensão por até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

31

Acerca das normas atinentes ao sigilo das informações, da comunicação, da publicidade dos atos e das informações, bem como da imprensa oficial, nos termos em que dispõe o Código de Conduta dos servidores da Justiça Federal – Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, é correto afirmar que:

- (A) os servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal são proibidos de receber presentes, incluindo os brindes atribuídos por entidades a título de cortesia, por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas;
- (B) o servidor ou gestor do Conselho e da Justiça Federal que, por força de seu cargo ou de suas responsabilidades, tiverem acesso a informações do órgão em que atuam ainda não divulgadas não são obrigados a manter sigilo quanto ao seu conteúdo;
- (C) a comunicação entre os destinatários do Código ou entre esses e os órgãos governamentais, os clientes, os fornecedores e a sociedade deve ser indiscutivelmente clara, simples, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados;
- (D) os contatos com os órgãos de imprensa serão promovidos por quaisquer servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal, tribunais regionais federais e seções judiciárias;
- (E) é vedado aos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade.

32

As chamadas cláusulas exorbitantes correspondem às prerrogativas reconhecidas para a Administração Pública no âmbito dos contratos administrativos.

Acerca do aludido tema, com base na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) a fiscalização do contrato não está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (B) o fato do príncipe e o fato da Administração estão expressamente consagrados no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (C) a alteração unilateral do contrato não está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (D) a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (E) a viabilidade de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal.

33

Para além dos princípios previstos expressamente no Art. 37, *caput*, da CRFB/1988, as normas que versam sobre direito administrativo costumam elencar outros princípios relacionados às respectivas matérias (setoriais), tal como se observa no Art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo, e no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações e contratos. Nesse contexto, os princípios que NÃO estão no aludido dispositivo constitucional, mas que constam textualmente das referidas normas, são, respectivamente:

- (A) impessoalidade e vinculação ao edital;
- (B) segregação de funções e moralidade;
- (C) motivação e publicidade;
- (D) proporcionalidade e planejamento;
- (E) probidade administrativa e eficiência.

Noções de Direito Constitucional

34

O Art. 2º da Emenda Constitucional nº X, com o objetivo de aperfeiçoar o controle da qualidade dos direitos prestacionais oferecidos à coletividade, determinou a criação, por lei complementar, de um conselho nacional de natureza interfederativa, que seria responsável pelo referido controle.

Extrai-se do Art. 2º da Emenda Constitucional nº X uma norma de eficácia:

- (A) plena;
- (B) contida;
- (C) limitada, de princípio institutivo;
- (D) limitada, de natureza programática;
- (E) restringível, mas de exigência imediata.

35

Maria, servidora pública federal, foi condenada, em sentença transitada em julgado, pela prática de infração penal. No momento em que o regime de cumprimento da pena passou para o aberto, procurou se informar em relação aos atos que poderia, ou não, praticar enquanto estivesse cumprindo a pena.

Ao final, Maria concluiu corretamente que, na perspectiva das eleições para cargos dos Poderes Executivo e Legislativo:

- (A) não pode votar nem concorrer a cargo eletivo;
- (B) pode votar, mas não pode concorrer a cargo eletivo;
- (C) pode votar e concorrer apenas a cargos eletivos do Poder Executivo, não do Legislativo;
- (D) pode votar e concorrer a cargo eletivo, apenas não podendo deixar o distrito da culpa;
- (E) pode votar e concorrer apenas a cargos eletivos do Poder Legislativo, não do Executivo.

36

João tem um emprego público na área administrativa da sociedade de economia mista federal Alfa, que explora atividade econômica em sentido estrito. Acresça-se que Alfa não recebe recursos públicos para o pagamento de suas despesas de custeio. Ao analisar se, à luz da Constituição da República, poderia vir a ter, de modo simultâneo, outro emprego público em sociedade de economia mista, João concluiu corretamente que é:

- (A) vedada a acumulação pretendida;
- (B) permitida a acumulação, independentemente de qualquer condicionante;
- (C) vedada a acumulação, salvo se houver compatibilidade de horários na jornada de trabalho dos dois empregos;
- (D) permitida a acumulação, desde que a soma de ambas as remunerações não ultrapasse o teto constitucional;
- (E) permitida a acumulação, desde que as sociedades de economia mista estejam vinculadas a entes diversos.

37

Em determinada relação processual, o Tribunal Regional Federal X dispensou à lei federal interpretação diametralmente oposta àquela realizada pelo Tribunal Regional Federal Y. Ao tomar conhecimento desse fato, a parte, que não teve seus interesses atendidos pela interpretação realizada pelo Tribunal Regional Federal X, decidiu interpor o recurso cabível após o esgotamento da atividade jurisdicional por este último órgão.

A narrativa indica que a referida parte almeja que o seu recurso seja julgado pelo:

- (A) Supremo Tribunal Federal;
- (B) Conselho da Justiça Federal;
- (C) Superior Tribunal de Justiça;
- (D) Conselho Nacional de Justiça;
- (E) Turma de Uniformização de Jurisprudência.

38

João, especialista em gestão pública, foi consultado pela deputada federal Maria em relação ao modelo de gestão a ser adotado na seguridade social, o que iria subsidiar a elaboração de uma proposição legislativa que pretendia apresentar.

Foi corretamente informado a Maria que a referida gestão:

- (A) deve ser centralizada na União, de modo a assegurar a uniformidade do sistema;
- (B) será delimitada pelo Congresso Nacional, podendo ser centralizada ou descentralizada;
- (C) deve contar com a participação do governo e dos segurados do sistema nos órgãos colegiados;
- (D) deve contar com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados;
- (E) deve contar com a participação da sociedade civil, dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

39

Pedro, analista da Alfa e Ômega Consultoria e Realizações, foi consultado por uma sociedade empresária, com sede e operações na Suíça, em relação à existência, ou não, de óbice constitucional para que viesse a construir e a operar um moderno hospital no território brasileiro.

Ao responder à consulta, Pedro esclareceu corretamente que o objetivo almejado pela referida sociedade empresária:

- (A) é peremptoriamente vedado;
- (B) é peremptoriamente permitido;
- (C) não é disciplinado pela Constituição da República;
- (D) é permitido, mas a lei pode indicar as situações em que é vedado;
- (E) é vedado, mas a lei pode indicar as situações em que é permitido.

40

João, filho de Johan, alemão naturalizado brasileiro, e de Maria, espanhola naturalizada brasileira, nasceu quando seus pais se encontravam em solo belga a serviço da embaixada da França. Logo após alcançar a maioridade, ainda em solo belga, João consultou a Constituição da República Federativa do Brasil para verificar se teria a nacionalidade brasileira.

Ao fim de suas reflexões, João concluiu corretamente que:

- (A) é brasileiro nato;
- (B) é brasileiro naturalizado;
- (C) pode se naturalizar brasileiro caso comprove a residência no território brasileiro por um ano ininterrupto;
- (D) pode optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, desde que venha a residir no território brasileiro;
- (E) somente será considerado brasileiro nato se tiver sido registrado em repartição brasileira em solo belga.

Conhecimentos Específicos

Texto 1

“A premissa é que o atual quadro sócio-histórico não se reduz a um *pano de fundo* para que se possa, *depois*, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais.”
(Iamamoto, 2008, p.19)

41

Com base no texto 1, no que diz respeito ao Serviço Social na contemporaneidade, Iamamoto (2008) analisa a conjuntura e examina as transformações ocorridas no mercado de trabalho profissional. Essas transformações, contudo, mantêm o assistente social na condição de trabalhador assalariado.

Isso implica que, ainda que disponha de autonomia ética e técnica no exercício de suas funções, o assistente social é chamado a desempenhar sua função:

- (A) atribuindo uma identidade profissional única aos seus processos de trabalho;
- (B) dentro de um processo de trabalho próprio e exclusivo do assistente social;
- (C) em um processo de trabalho coletivo, organizado dentro de condições sociais dadas;
- (D) determinando o seu processo de trabalho de acordo com o campo de atuação profissional;
- (E) por um tempo de trabalho social médio que permite o estabelecimento de processos de trabalho.

42

Como se infere do texto 1, o debate sobre como o trabalho do assistente social se encontra organizado exige estudos acerca da realidade brasileira, a fim de apreender as atuais problemáticas enfrentadas pela profissão.

Nessa perspectiva, Bezerra *et al.* (2019) afirmam que se devem articular à formação social do Brasil vários desafios, tais como o(a):

- (A) apreensão mais ampla da configuração das políticas e direitos sociais na realidade nacional;
- (B) estudo da contribuição dos clássicos do pensamento social brasileiro;
- (C) luta para o Estado estabelecer políticas econômicas que assegurem o crescimento social;
- (D) estabelecimento de uma metodologia que permita o conhecimento endógeno da realidade;
- (E) empenho em elucidar que a questão nacional constrói as profissões sociais.

43

À luz do cenário descrito no texto 1, Raichelis (2018), ao estudar a nova morfologia do trabalho no Serviço Social, afirma que a reestruturação da produção aporta transformações no mercado de trabalho do Serviço Social, “configurando-se o exercício profissional privado, autônomo, temporário, por tarefa”, em fenômeno que pode ser denominado:

- (A) empreendedorismo;
- (B) terceirização;
- (C) assalariamento informal;
- (D) pejotização;
- (E) trabalho imaterial.

44

À luz do cenário descrito no texto 1, Netto (1996) analisa transformações societárias que incidem liminarmente sobre o enfrentamento, no interior do Serviço Social, pela direção social da profissão. Para o autor em tela, esse confronto terá “(...) sua referência imediata posta pelas demandas do mercado de trabalho.”

Nesse sentido, as exigências imediatas do mercado de trabalho rebaterão em uma segmentação profissional que, na iniciativa privada, altera mais rapidamente:

- (A) os processos de trabalho do assistente social;
- (B) as atribuições e papéis profissionais;
- (C) as parcerias estabelecidas pelas empresas;
- (D) o tipo de vínculo de trabalho;
- (E) as tensões na definição de papéis profissionais.

45

A “questão social”, ao se colocar na ordem política e econômica como consequência da sociedade capitalista, exige uma modalidade de intervenção que se traduziu em um conjunto de atos e instituições que deram origem aos sistemas de proteção social.

Para Almeida e Alencar (2011), esses sistemas de proteção social são caracterizados por ações compensatórias voltadas para o(a):

- (A) empobrecimento causado pela precariedade dos vínculos laborais;
- (B) constituição de um mercado de trabalho para os assistentes sociais;
- (C) pragmatismo em resolver as demandas colocadas pelo proletariado;
- (D) cobertura dos riscos do trabalho e a manutenção da renda;
- (E) evolução das formas de ajuda para a população carente.

46

Almeida e Alencar (2011) afirmam que as alterações produzidas pelo neoliberalismo nas políticas sociais produzem um confronto entre:

- (A) práticas de cunho social-democrático e ações voltadas para populações vulneráveis;
- (B) um ordenamento de tipo democrático e universalista e aquele de caráter seletivo e mercantil-produtivista;
- (C) a concepção governamental seletivamente distributiva e a ideologia do *laissez-faire*;
- (D) o conceito de direitos sociais gerais e o que vincula os direitos sociais à cidadania regulada;
- (E) a evolução das formas tradicionais de ajuda e o desenvolvimento da responsabilidade dos indivíduos.

47

No sistema de proteção social brasileiro, o acesso ao bem-estar está relacionado ao trabalho e à renda (Almeida e Alencar, 2011). Isso significa que nosso sistema de proteção social tem como base o(a):

- (A) igualdade laboral;
- (B) hierarquia;
- (C) cálculo atuarial;
- (D) mérito;
- (E) critério.

48

Considere os seguintes espaços sócio-ocupacionais:

- I. conselhos de fiscalização profissional.
 - II. tribunais de justiça.
 - III. aparato estatal militar e de segurança pública.
- De acordo com Borgianni (2013), o trabalho do assistente social é aquele realizado no(s) espaço(s):

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e II, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

49

A entrada do neoliberalismo no Brasil provocou o desmonte das políticas sociais estatais de caráter universalista, fazendo com que estas se tornassem incapazes de atender às demandas sociais que deveriam cobrir. Esse cenário leva ao que alguns autores denominam fenômeno da judicialização das expressões da questão social.

Para Borgianni (2013), esse fenômeno desdobra-se na tendência à(ao):

- (A) seletividade das políticas sociais;
- (B) necessidade das políticas público-privadas;
- (C) controle judicial das políticas públicas;
- (D) punitivismo direcionado;
- (E) confusão entre direito e lei.

50

As transformações ocorridas no Serviço Social a partir do Congresso da Virada em 1979 imprimem uma nova direção à profissão.

Com base nessa premissa, Mioto (2009) pensa o estudo social a partir da(s):

- (A) necessidades trazidas pelos sujeitos que são expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria de organização capitalista;
- (B) contradições da sociedade liberal manifestadas individualmente em busca da lei e da ordem que são traduzidas pelo assistente social;
- (C) universalidade do direito que se vincula diretamente à luta de classes e suas formas de discriminação, opressão, dominação e exploração;
- (D) construção de estruturas e culturas fortemente hierarquizadas em prol dos direitos da classe trabalhadora e dos segmentos mais vulnerabilizados;
- (E) movimentação do Estado burguês para escamotear os conflitos advindos da luta por direitos sociais específicos.

51

De acordo com o CFESS (2014), a tendência atual de judicializar várias situações da vida da população termina por levar as instituições a acionarem os assistentes sociais para a realização de estudo social.

Nesse sentido, considere as requisições a seguir:

- I. Realizar avaliações sociais no sistema socioeducativo para atestar se o adolescente pode ou não retornar ao convívio social.
- II. Atestar que determinado trabalhador está inapto para o trabalho, em razão de dificuldades de se adequar às regras institucionais.
- III. Afirmar se pai ou mãe ou outro parente é mais apto para assumir a guarda ou tutela de crianças e adolescentes, sem uma análise da totalidade da realidade de vida desse público.

É(são) de fato requisição(ões) demandada(s) pela instituição para a realização de estudo social:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) I e II, apenas;
- (D) II e III, apenas;
- (E) I, II e III.

52

Daniel trabalha no Poder Judiciário e recebeu uma solicitação para proceder ao exame para emitir uma opinião técnica sobre uma determinada situação social.

Daniel construirá, de acordo com Mioto (2001), um(a):

- (A) laudo social;
- (B) estudo social;
- (C) diagnóstico social;
- (D) perícia social;
- (E) relatório social.

53

Refletindo sobre o trabalho do assistente social com crianças e adolescentes, Terra e Azevedo (2018) concluem que essa parcela da sociedade, em sua esmagadora maioria, “vive em condições precárias, fora da escola, exposta a mortes violentas e que alimenta expectativas limitadas em relação à sua vida futura”.

As autoras em tela elencam como um dos aspectos desse trabalho o(a):

- (A) dificuldade em restabelecer os vínculos com as famílias dos usuários devido à ausência de acolhimento;
- (B) manifestação profissional sobre a responsabilidade de crianças e adolescentes por meio de uma demanda particularizada;
- (C) garantia de acesso aos direitos sociais referentes à criança e adolescente prescritos em Lei;
- (D) contribuição para a subalternização profissional por ser considerado um serviço auxiliar;
- (E) consolidação da criminalização da pobreza pelos agentes do judiciário.

54

O trabalho do Serviço Social consolida-se no atendimento de uma demanda social que é materializada no corpo de um processo particularizado e evidencia, primeiramente, a questão jurídica.

Essa dinâmica, segundo Terra e Azevedo (2018), implica, para o trabalho do assistente social:

- (A) democratização;
- (B) discriminação;
- (C) fragmentação;
- (D) universalização;
- (E) criminalização.

55

Entre os autores vinculados à teoria social crítica, há o consenso de que atualmente há uma nova investida do conservadorismo sobre a condução das políticas sociais.

As manifestações do conservadorismo no trabalho do assistente social com famílias expressam-se, para Duarte (2018):

- (A) na matricialidade sociofamiliar;
- (B) mediante critérios de exclusão;
- (C) pela via do moralismo;
- (D) nas políticas sociais pontuais;
- (E) por meio da refilantropização.

56

Para Duarte (2018), diante da desresponsabilização do Estado na manutenção da proteção social, o princípio liberal da autossustentação recai fortemente sobre as famílias.

Diante do grau de seletividade das políticas sociais, para fazer jus à permanência na proteção social, as famílias são submetidas a:

- (A) comprovação vexatória de sua situação;
- (B) filas de espera sem tempo determinado;
- (C) visitas domiciliares fiscalizatórias;
- (D) insegurança quanto ao pagamento do benefício;
- (E) solidariedade privada.

57

A derruição paulatina das políticas sociais mais abrangentes na protetividade da família configura várias perspectivas, na visão de Duarte (2018).

Uma delas é a penalização das famílias, que se caracteriza pelo(a):

- (A) ajustamento do núcleo familiar a prescrições disciplinadoras;
- (B) responsabilização da família pelo seu estado de hipossuficiência;
- (C) reiteração da lógica da meritocracia para a concessão de benefícios;
- (D) submissão de processos de acesso e permanência com efeitos punitivos;
- (E) crivo tecnicista dos profissionais que prestam serviços na rede de proteção social.

58

Juarez foi preso por tráfico de entorpecentes e já cumpriu metade de sua pena, sendo colocado em regime semiaberto. Com saudade de sua família, ele solicita permissão para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta.

Juarez recebeu a resposta de que:

- (A) deverá utilizar equipamento de monitoração eletrônica, quando assim determinar o juiz da execução;
- (B) não tem direito a saída temporária sem vigilância direta o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo;
- (C) só terá permissão após submeter-se a exame criminológico e lograr aprovação;
- (D) a progressão para regime semiaberto dá direito automaticamente a saída temporária sem vigilância;
- (E) será autorizada a saída temporária após comprovação de que possui endereço de família fora do presídio.

59

No que diz respeito às faltas disciplinares no sistema penal, de acordo com a Lei de Execução Penal, comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que:

- (A) destratar familiares durante a visita;
- (B) for surpreendido com drogas;
- (C) se recusar à imunização obrigatória;
- (D) provocar acidente de trabalho;
- (E) rejeitar assistência educacional.

60

Josué foi condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa.

Por ocasião do seu ingresso no estabelecimento prisional, ele:

- (A) terá direito a duas mudas de uniforme e dois conjuntos de roupa de cama e banho, só possuindo o direito a novo jogo após um ano;
- (B) receberá o Manual de Condutas Prisionais, sendo informado de que os benefícios e regalias dependerão do cumprimento das normas;
- (C) poderá requisitar atendimento social para explicitar suas demandas pessoais e familiares, bem como acompanhamento psicológico;
- (D) será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA por técnica adequada e indolor;
- (E) deverá informar o nome do seu advogado, a fim de que este seja investigado pela Direção da prisão e autorizado a visitar o apenado.

61

Analisando as particularidades da formação histórica brasileira e a questão social, lamamoto (2008) traz como uma das particularidades de nosso país o fato de que no Brasil:

- (A) houve seguidos golpes de Estado;
- (B) o moderno se constrói por meio do arcaico;
- (C) a constituição do proletariado foi incompleta;
- (D) não ocorreu a experiência do Welfare State;
- (E) o capital agrário suplanta o financeiro.

62

No Brasil do século XXI, “a velha ‘questão social’ metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens” (lamamoto, 2008).

Esse fato produziu uma fratura que, de acordo com a autora, se traduz, dentre outros(as) consequências, no(a):

- (A) violação de direitos sociais;
- (B) degradação do trabalho;
- (C) precarização das políticas públicas;
- (D) banalização da vida humana;
- (E) devastação do meio ambiente.

63

Os estudantes de uma universidade pública decretaram greve e se mobilizam para participar do Conselho Universitário a fim de apresentarem suas reivindicações. No dia do ato, a discente Samara é impedida de entrar na sala do Conselho por um professor que alegava que a moça não tinha decoro para entrar ali, uma vez que era transgênero, usava short e possuía tatuagens no corpo.

De acordo com o Estatuto da Juventude, o professor:

- (A) agiu de acordo com as normas que regem os prédios das instituições públicas;
- (B) feriu o direito à diversidade e à igualdade, pois apresentou conduta preconceituosa;
- (C) seguiu a legislação brasileira sobre a discriminação e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário;
- (D) desrespeitou um grupo formalmente organizado, que se encontra sob amparo legal;
- (E) deveria ter valorizado a capacidade criativa do jovem, mediante o desenvolvimento de (e incentivo a) programas e projetos culturais e políticos.

64

Hoje é o primeiro dia de aula de Kauê, uma criança indígena, no 1º ano do ensino fundamental em uma escola pública. Ao levá-lo à escola, sua mãe foi convidada a conversar com a diretora, que lhe informou não haver conseguido contratar uma professora que fale a língua da tribo de Kauê.

Nessas situações, o Estatuto da Juventude propugna que:

- (A) a escola tem um prazo de 90 dias para fazer seleção simplificada e contratar profissional especializado(a);
- (B) a família da criança ou jovem poderá contratar um professor particular, que acompanhará a criança/jovem na escola, tendo direito à alimentação;
- (C) a escola deve assegurar a Kauê a utilização de sua língua materna, embora as aulas aconteçam em português;
- (D) a criança ou jovem inicie seus estudos na língua portuguesa enquanto aguarda a chegada de um professor;
- (E) as aulas não poderão ter início para a criança ou jovem sem um professor da língua materna, pois isso fere a legislação.

65

Beatriz trabalha em uma instituição especializada em usuários dependentes de drogas e na redução da dependência de drogas. Ela observou que vem aumentando o número de indivíduos que buscam formas de reinserção profissional.

No que se refere às atividades de atenção e às de reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares, as instituições devem observar a seguinte diretriz:

- (A) adoção de uma metodologia única que valorize a participação familiar nos processos de reinserção social;
- (B) orientação adequada ao usuário ou dependente de drogas quanto às consequências lesivas do uso de drogas, ainda que ocasional;
- (C) elaboração de objetivos, estratégias, metas, prioridades e indicadores para acompanhar, avaliar e mensurar as ações de reinserção social;
- (D) contribuição à inclusão social do usuário ou dependente a partir do trabalho, vinculando-o a empresas que possuem parceria com a instituição;
- (E) articulação entre os serviços que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas.

66

Flávio trabalha na área sociojurídica e recebeu a incumbência de ficar à frente do atendimento a uma criança vítima de violência.

A fim de realizar um bom trabalho, Fábio estuda documentos e legislações referentes ao sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Ao fazer isso, ele compreende que o fluxo geral da Lei nº 13.431/2017 tem início com o(a):

- (A) convocação dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente;
- (B) despacho do juiz para formar o processo;
- (C) escuta da criança ou adolescente;
- (D) fato ocorrido com ou testemunhado pela criança ou adolescente;
- (E) reunião da equipe multidisciplinar.

67

A assistente social Alair acompanha uma família no CRAS em que trabalha. Ontem, uma das filhas do casal, com 7 anos de idade, em meio ao atendimento, revelou-lhe uma situação de violência da qual foi vítima.

Tendo em vista que se tratou de uma revelação espontânea, os “Parâmetros de atuação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência” indicam que a conduta de Alair deve ser:

- (A) pedir para outro profissional da equipe ficar na sala como testemunha;
- (B) permitir o livre relato da criança com o mínimo de interferência;
- (C) convocar a família da criança para acompanhar o relato;
- (D) recusar-se a ouvir e informar o Conselho Tutelar;
- (E) fazer perguntas que possam elucidar o que ocorreu de fato.

68

No Brasil, a implementação da guarda compartilhada de filhos é relativamente recente – cerca de 15 anos – e vem mobilizando vários estudos na área sociojurídica.

Na análise de Montañó (2016), a guarda compartilhada garante o(a):

- (A) igualdade parental e de gênero;
- (B) equidade na divisão dos gastos com os filhos;
- (C) litígio conjugal;
- (D) partilha no cuidado dos filhos;
- (E) desequilíbrio do poder familiar.

69

De acordo com a Lei do Sinase, o cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação dependerá de plano individual de atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Constará(ão) do plano individual, no mínimo:

- (A) os objetivos traçados pela equipe que atende o adolescente;
- (B) as atividades de integração e apoio à família;
- (C) o período de cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade;
- (D) as garantias processuais destinadas a adolescente autor de ato infracional;
- (E) os resultados de acompanhamento especializado anterior, se houver.

70

A avaliação é parte fundamental de políticas e projetos sociais. Quando estes se dirigem a populações mais vulneráveis, a responsabilidade é enorme.

No que diz respeito ao Sinase, a avaliação das entidades de atendimento terá por objetivo identificar o perfil e o impacto de sua atuação, por meio de suas atividades, programas e projetos, considerando as diferentes dimensões institucionais e, entre elas, obrigatoriamente:

- (A) a situação do adolescente após cumprimento da medida socioeducativa, tomando por base suas perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares;
- (B) o histórico e diagnóstico da situação institucional e as recomendações e os prazos para que essas sejam cumpridas;
- (C) a adequação dos objetivos e da natureza do atendimento socioeducativo prestado pelas entidades;
- (D) o conhecimento rigoroso sobre as ações do atendimento socioeducativo e seus resultados, promovendo a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo;
- (E) a responsabilidade social, considerada sua contribuição para a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico do adolescente e de sua família.

71

A equipe do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de um determinado território foi acionada pelos moradores em função da situação de Helena, uma mulher jovem, sem filhos, solteira, que mora sozinha e faz tratamento psiquiátrico. Segundo os moradores, nos últimos dias ela vinha apresentando comportamento agressivo e descontrolado, sendo atendida pela equipe do SAMU. Entretanto, após retorno do atendimento, passados alguns dias, Helena apresentou o mesmo comportamento de antes, colocando a si e a outros em risco. Diante disso, a intenção dos moradores ao recorrer ao CREAS foi buscar formas que viabilizassem uma internação involuntária de Helena.

De acordo com Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, a internação psiquiátrica involuntária se dá sem o consentimento do usuário e deve ser:

- (A) solicitada e autorizada por escrito por familiares ou responsável legal;
- (B) determinada pela justiça mediante comprovação do estado de saúde mental do usuário;
- (C) comunicada ao Ministério Público no prazo de 72 horas;
- (D) autorizada pelos serviços públicos de saúde mental de referência do território;
- (E) considerada a partir dos riscos à salvaguarda dos familiares e vizinhos mais próximos.

72

O município de Cravim tem sido notificado pela Saúde Pública acerca do aumento gradativo da população usuária e dependente de drogas.

A gestão municipal, ancorada nas medidas prescritas no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), propôs, como estratégia intersectorial, a realização de uma campanha articulada à Semana Nacional de Política sobre Drogas, que dispõe sobre ações intensificadas de:

- (A) difusão de boas práticas de prevenção, tratamento, acolhimento e reinserção social e econômica de usuários de drogas;
- (B) definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;
- (C) fortalecimento da autonomia e da responsabilidade individual dos indivíduos dependentes em relação ao uso indevido de drogas;
- (D) orientação ao usuário ou dependente de drogas quanto às consequências lesivas do uso de drogas, ainda que ocasional;
- (E) acolhimento ao usuário ou dependente de drogas e aos familiares, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais.

73

Vanessa, mulher trans, trabalhadora com vínculo formal em carteira de trabalho, foi encaminhada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) após ter sido vítima de violência doméstica praticada por seu companheiro. Ela relatou que, além dos abusos sexuais e violência física, estava sendo vigiada pelo companheiro em seu local de trabalho.

Nesses casos, segundo a Lei Maria da Penha, em situações relacionadas ao trabalho, é correto afirmar que:

- (A) a manutenção do vínculo trabalhista é garantida às mulheres em medidas protetivas.
- (B) somente as servidoras públicas possuem direito ao afastamento e/ou remanejamento do local de trabalho;
- (C) a mulher trans, independentemente do vínculo trabalhista, não faz jus aos direitos protetivos previsto nessa Lei, excetuando-se quando houver flagrante;
- (D) a mulher em situação de violência, quando necessário, tem o direito ao afastamento do local de trabalho, sem perda da manutenção do vínculo;
- (E) o afastamento do trabalho somente é permitido em casos de laudo médico, corroborado pelo juiz, atestando comprometimento psicológico.

74

Adelaide foi diagnosticada com transtorno mental grave quando criança. Aos 12 anos, ela perdeu os pais em um acidente e, como não tinha outros parentes, foi internada em instituição própria. Passados 15 anos de sua internação, a assistente social da instituição localizou primos distantes de Adelaide, que concordaram em abrigá-la em casa.

De acordo com a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001:

- (A) a família que abrigará o paciente, em caráter obrigatório, receberá a oferta de capacitação dirigida e ministrada por equipe multiprofissional especializada;
- (B) a autoridade sanitária competente deverá obter o consentimento formal do paciente para a sua desospitalização e encaminhá-lo à Vara da Família mais próxima à Comarca da instituição hospitalar;
- (C) o paciente há longo tempo hospitalizado, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida;
- (D) a equipe médica responsável pela assistência ao paciente deverá avaliá-lo a fim de determinar, mediante laudo, se este poderá ser reintegrado à sociedade sem risco para ele próprio ou outros;
- (E) o paciente deverá ser devolvido à sociedade em prazo não superior a 72 horas, tão logo seja obtida a anuência de familiar(es) para abrigamento.

75

Em janeiro do ano vigente, uma nova gestão assumiu a Secretaria Municipal de Assistência Social do município Novo. No processo de organização dos membros da nova equipe, a assistente social Margareth foi convidada a assumir o serviço de vigilância socioassistencial.

A sua entrada na nova atividade lhe mostrou o grande desafio da política nacional de assistência social (PNAS, 2004) de construir a produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, pois estes incidem sobre:

- (A) a segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia para os mais empobrecidos, em especial aqueles que recebem benefícios continuados e eventuais;
- (B) o direito ao atendimento ausente de procedimentos vexatórios e coercitivos, notadamente para os segmentos sociais estigmatizados;
- (C) a reconfiguração dos espaços públicos em termos dos direitos para a garantia da matricialidade sociofamiliar e da política voltada para crianças e adolescentes;
- (D) as famílias e indivíduos através de ações, cuidados e serviços que estabeleçam e restabeçam vínculos pessoais, familiares e de vizinhança;
- (E) os padrões de serviços de assistência social, em especial aqueles que operam na forma de albergues e similares para os diversos segmentos etários.

76

Uma mulher com deficiência visual nomeou o esposo e o filho como seus representantes na tomada de decisão apoiada. No entanto, ela vive alguns conflitos ocasionados pela inconformidade deles perante a sua iniciativa de adoção de uma criança, pois seus apoiadores alegam que o ato acarreta prejuízo para ela.

Considerando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores:

- (A) o juiz, ouvido o Ministério Público, decide sobre a questão;
- (B) a decisão do apoiado será invalidada pelos apoiadores;
- (C) o apoiado pode anular a tomada de decisão apoiada em cartório;
- (D) é feita denúncia ao juiz pelo apoiado, pedindo a substituição dos apoiadores;
- (E) o apoiado e os apoiadores devem apresentar termo de revisão dos limites do apoio.

77

João, agente público federal competente, deu ordem de parada a um veículo automotor que transitava em excesso de velocidade no interior do estado do Pará. Realizado o exame de alcoolemia (teste do bafômetro), constatou-se que o condutor havia ingerido grande quantidade de álcool, dando azo à caracterização de crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro. Dessa forma, João solicitou ao condutor dez mil reais para liberá-lo, proposta aceita imediatamente e operacionalizada por meio de transferência bancária.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo(s) crime(s) de:

- (A) corrupção passiva e corrupção ativa, em concurso;
- (B) concussão e corrupção passiva, em concurso;
- (C) corrupção passiva;
- (D) corrupção ativa;
- (E) concussão.

78

Luiz encontra-se preso, preventivamente, em um presídio federal de segurança máxima. Em razão de uma falha nos procedimentos de segurança do estabelecimento, João logrou êxito em fugir, sem auxílio de terceiros e sem empregar violência ou grave ameaça contra pessoa. Contudo, quando estava a dez metros do muro externo da penitenciária, dois policiais penais de plantão conseguiram capturá-lo, sem qualquer tipo de resistência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Luiz:

- (A) não responderá por qualquer crime, pois a legislação tipifica, apenas, a fuga consumada do preso, não verificada no caso apresentado;
- (B) não responderá por qualquer crime, em razão da atipicidade formal da conduta;
- (C) responderá pelo crime de fuga de pessoa presa, na modalidade consumada;
- (D) responderá pelo crime de fuga de pessoa presa, na modalidade tentada;
- (E) responderá pelo crime de arrebato de preso.

79

Um particular se encaminhou à sede do Departamento de Trânsito (DETRAN) do estado Alfa com o objetivo de realizar a vistoria do seu veículo automotor. Contudo, em razão das diversas irregularidades constatadas, o automóvel não passou no exame conduzido pelo servidor Caio, que ocupa um cargo público junto ao DETRAN. Dessa forma, Matheus, despachante que presenciou os fatos, se aproximou do particular e solicitou dois mil reais, para si, a pretexto de influir e reverter a decisão tomada pelo agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Matheus responderá pelo crime de:

- (A) advocacia administrativa;
- (B) exploração de prestígio;
- (C) favorecimento pessoal;
- (D) tráfico de influência;
- (E) patrocínio infiel.

80

Após o recebimento de uma intimação por parte da Polícia Federal, Fabiano compareceu à sede da instituição, sendo informado pela autoridade policial da existência de um inquérito policial em curso, no qual ele seria ouvido na qualidade de testemunha. Durante o depoimento, gravado em áudio e vídeo, Fabiano, em diversas ocasiões, calou a verdade sobre fatos juridicamente relevantes, embora não tenha feito afirmações falsas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Fabiano:

- (A) não responderá por qualquer crime, já que, apesar de ter calado a verdade, não fez uso de afirmações falsas;
- (B) não responderá por qualquer crime, já que calou a verdade em inquérito policial, e não em processo judicial;
- (C) responderá pelo crime de favorecimento real;
- (D) responderá pelo crime de fraude processual;
- (E) responderá pelo crime de falso testemunho.

Prova Discursiva

Como a tecnologia pode ajudar no Direito?

A tecnologia está remodelando profundamente a advocacia, e a inovação tornou-se uma palavra-chave no cenário jurídico moderno. Assim, à medida que os avanços tecnológicos aceleram, os advogados enfrentam a necessidade de adotar novas ferramentas e abordagens para permanecerem competitivos e eficazes.

De que modo você vê a convivência das novas tecnologias com o exercício da advocacia? Diga o que pensa em um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, dando especial destaque aos argumentos apresentados.

Valor: 20 pontos

Mínimo de 15 e máximo de 20 linhas.

1

5

10

15

20

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

